

SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2024

ANO: 04 ♦ Nº 0.952 ♦ 22H30 ♦ PREÇO: R\$ 2,50 ♦ EDITOR: ORISVALDO PIRES



Caiado sugere mudança na PEC que trata da segurança pública

O governador Ronaldo Caiado sugeriu que a Proposta de Emenda à Constituição apresentada pelo governo federal para a segurança pública seja alterada em pelo menos quatro aspectos, com vistas à garantia de autonomia aos Estados para desenvolver políticas públicas na área. A fala foi durante a 15ª reunião do Fórum Nacional de Governadores, em Brasília nesta quinta-feira, 28.

Página 3

UniEvangélica: ajuda jurídica de graça para estrangeiros

O Centro de Atendimento Jurídico ao Estrangeiro (CAJE), inaugurado pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica) na última semana, está ampliando o alcance dos serviços de assistência jurídica comunitária em Anápolis. Hoje atende cerca de 70% de imigrantes venezuelanos, mas também auxilia pessoas de outras nacionalidades, como haitianos, iraquianos, angolanos e cubanos.

Página 13

Gil Bezerra confirma que PDT entrou com representação contra o Podemos na Justiça Eleitoral

Pg. 2

EFEITO ESTUFA Os desafios de Anápolis sobre a regulação do mercado que rege os créditos de carbono



Anápolis começa a se preparar para também regulamentar as normas relacionadas ao mercado de carbono no âmbito municipal. A lei que regulamenta este mercado no Brasil foi aprovada na Câmara dos Deputados no último dia 19 de novembro e agora vai à análise da Presidência da República. O advogado especializado em

Direito Ambiental e Direito Urbanístico, Thiago Freitas Vitorino, atual diretor de Meio Ambiente, e o engenheiro agrônomo e ambiental, Sérgio Luiz de Araújo Ramos, ex-secretário municipal de Meio Ambiente, falam sobre políticas públicas, estratégias e como Anápolis pode abrir espaço para produzir créditos de carbono.

Páginas 14 e 15

Apae Anápolis ganha prêmio pela sétima vez seguida

A APAE Anápolis foi destaque na 8ª edição do Prêmio Melhores ONGs, dia 22 de novembro em São Paulo (SP). A premiação, do Instituto 'O Mundo que Queremos' e Instituto Doar, é referência no reconhecimento de organizações sem fins lucrativos que se destacam em gestão, governança e transparência no Brasil. Pela 7ª vez seguida a Apae Anápolis está entre as 100 Melhores ONGs do país.

Página 4

Márcio Corrêa entra de vez na campanha para eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal

Pg. 2

Anápolis na operação da PF que apura delitos de influencers

Anápolis está entre as cinco cidades nas quais foi realizada a Operação Hidden Circuit, da Polícia Federal e a Receita Federal, deflagrada nesta quinta-feira, 28, com o objetivo de combater os crimes de descaminho, organização criminosa, evasão de divisas, incitação ao crime e lavagem de capitais. São alvos da operação, influenciadores digitais que também atuavam como coach.

Página 4



Entre em contato com a redação

(62) 3706-9010 redacao@dmanapolis.com.br
Envie seu artigo: dmanapolis.artigo@gmail.com

WWW.DMANAPOLIS.COM.BR



dmanapolis

painel DM

EMBATE

Gil Bezerra confirma que PDT entrou com representação contra o Podemos na Justiça

O novo presidente do PDT, Gil Bezerra, confirmou durante entrevista concedida ao jornalismo da Rádio Manchester FM, na manhã desta quinta-feira, 28, que, no dia anterior, seu partido protocolou representação na Justiça Eleitoral, em desfavor do partido Podemos, sob alegação de prática de suposta candidatura fictícia.

Isso em função da candidata a vereadora Soraya de Moraes Mafra Rocha, do Podemos, ter registrado Escritura Pública Declaratória no 1º Cartório de Ofício de Notas, afirmado que sua candidatura seria apenas para compor chapa eleitoral.

O PDT pede concessão de tutela de urgência para suspender a diplomação do vereador eleito Reamilton Espíndola, do Podemos, até o julgamento da decisão. Pede que seja feita investigação judicial eleitoral, que o Ministério Público Eleitoral se manifeste, que sejam anulados os votos recebidos pelo



Podemos, que seja cassado o diploma de Reamilton, que haja recontagem de votos e refazimento do cálculo do quociente eleitoral. E pede, ainda, que seja declarada a inelegibilidade da presidente do Podemos, Raquel Antonelli, "pela prática de fraude eleitoral".

Chegou ao conhecimento do jornalismo da Manchester FM que, na terça-feira, 26, So-

raya de Moraes teria sido ouvida pelo Ministério Público Eleitoral de Anápolis. Gil Bezerra, do PDT, disse que está otimista quanto ao sucesso da demanda judicial. Caso isso ocorra, o entendimento é que o PDT ganha mais uma cadeira no legislativo, que seria ocupada por Osmar Borges, o Osmar do Trio Elétrico. "Confiamos na Justiça", disse Bezerra.

Márcio Corrêa entra de vez na campanha para eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal

O prefeito eleito Márcio Corrêa (PL), em cumprimento ao que havia dito há alguns dias em entrevista à imprensa anapolina, entrou de vez na campanha para a eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Surgem informações de que já teria acalmado as coisas em sua base de apoio, ao se reunir com os vereadores Suender Silva e Jean Carlos (PL), juntamente com Andreia Rezende (Avante).

A foto em destaque mostra encontro de Márcio Corrêa com a vereadora eleita Elizete Jacinto da Silva Nascimento, a



Capitã Elizete, do PRD. A limitar, segundo informações já conhecidas, teria se comprometido

em apoiar o grupo liderado pelo atual presidente, Dominguinhos do Cedro (PDT).

DM Anápolis

O seu jornal diário

Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsa
Goiás, Tocantins, Distrito Federal
e Mato Grosso
Dias Úteis R\$ 2,50 Domingo R\$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR-CHEFE
Orisvaldo Pires

EDITOR ONLINE
Aglys Nadielle

REPORTAGEM
Marcos Vieira
Lucas Tavares
Emilly Viana
Lucivan Machado

DESIGN
Samuel Sousa
Ederson Lucas
Luiza Isaac

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecílio

EMPRESA EDITORA
TIO Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010
[@dmanapolis](http://www.dmanapolis.com.br)

Anápolis recebe as finais do Goiano de Base de Basquete

DA REDAÇÃO

Anápolis recebe a final do Campeonato Goiano de Base de Basquete 2024, que acontece entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro. As principais equipes de basquete juvenil do estado disputam nas categorias sub-13, sub-15, sub-17 e sub-19, no masculino e no feminino. Os jogos serão realizados no Ginásio Internacional Newton de Faria, com o apoio da Prefeitura de Anápolis, e, também, no Ginásio Unievangélica.

No feminino, as equipes participantes são: Sub-13: Basquete Expressão e Quirinópolis. Sub-15: Basquete Expressão, Quirinópolis e Vultures/UniEvangélica. Sub-17: Basquete Expressão, Moçarlândia e URB/SME/CEDS. Sub-19: Basquete Expressão e Quirinópolis.

No masculino, os times que competem são: Sub-13: Raptors, Rio Verde e Vultures/UniEvangélica. Sub-15: Moçarlândia, Raptors, Rio Verde e Vultures/UniEvangélica. Sub-17: Moçarlândia, Raptors, Rio Verde e Vultures/UniEvangélica. Sub-19: Basquete Expressão, Escola Basquete Vida Toda e Vultures/UniEvangélica. O evento é organizado pela Federação Goiana de Basquetebol (FGB).

PT apoia base do PL?

Uma situação inusitada e, até então impensada face a conjuntura política local, é cogitada como possível nos bastidores da campanha para eleição da Mesa Diretora da Câmara de Anápolis. Informações dão conta que a vereadora Andreia Rezende (Avante), candidata a presidente, teria conversado com os vereadores do PT, Marcos Carvalho e Rimet Jules, e ambos teria fechado apoio à candidatura que integra a base de apoio ao PL na Câmara. Nenhum dos lados confirmou a informação ainda.

Caiado 2026

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) vai lançar sua pré-candidatura a presidente da República após o carnaval, em 2025, na Bahia. O anúncio foi feito pelo próprio governador durante o programa Canal Livre, no domingo, 24. E descartou qualquer possibilidade de ter Pablo Marçal de vice.

Trânsito Bloqueado

A Companhia Municipal de Trânsito e Transportes informou, em nota, que o trânsito foi bloqueado no cruzamento da Rua Barão do Rio Branco com a Contorno, no centro, após a ruptura de uma caixa de passagem, onde havia, inclusive, um trecho da rede de esgoto da Saneago, fragilizada pelas chuvas. Equipes da Prefeitura e da empresa estão mobilizadas. O trabalho deve ser concluído até o fim de semana.

FÓRUM NACIONAL DE GOVERNADORES

Ronaldo Caiado sugere alterações na PEC sobre a segurança pública

Durante evento em Brasília, governador defende mudanças em pelo menos quatro pontos da proposta do governo Lula

DA REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado sugeriu que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo governo federal para a segurança pública seja alterada em pelo menos quatro aspectos, com vistas à garantia de autonomia aos Estados para desenvolver políticas públicas na área. A fala foi durante a 15ª reunião do Fórum Nacional de Governadores, realizada em Brasília nesta quinta-feira, 28.

"Eu não tenho a pretensão de falar em nome dos governadores, mas se tratamos especificamente da Constituição brasileira, eu acho que nós, das unidades federadas, precisamos de ter um resgate de um pouco da nossa condição", afirmou. "Temos de ter o direito, já que vivemos as dificuldades, de também enfrentá-las sem esperar que o Congresso Nacional se reúna, o que não fará".

Caiado apresentou considerações elaboradas em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para uma nova redação dos artigos 21, 22, 23, 24 e 144. Em resumo, requer que a União atue, "a pedido dos governadores", para desfazer desordem institucional e altos índices de criminalidade violenta. Outro ponto sugerido



Ronaldo Caiado, na 15ª reunião do Fórum Nacional de Governadores, realizada nesta quinta-feira, 28

é que a União seja obrigada a prover aos Estados a infraestrutura prisional, seguindo parâmetros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Hoje se você constrói uma estrutura penitenciária, é verba do governo estadual. Em Goiás, nós investimos R\$ 17 bilhões na segurança pública. O que eu recebi do fundo nacional eram R\$ 900 milhões", explicou o governador. Ainda em referência ao sistema penitenciário, argumentou que deve ser competê-

cia exclusiva dos Estados legislar em matéria de regime disciplinar, movimentação de presos, e estabelecimentos penais.

Por fim, apontou a importância de que os Estados também possam legislar sobre direito penal em crimes contra a pessoa, o patrimônio, o meio ambiente e a dignidade sexual. As sugestões chegaram ao ministro da Segurança Pública e Justiça, Ricardo Lewandowski, que prometeu examiná-las. "Esperamos que no começo

do ano que vem a gente mande essa PEC para o Congresso", disse.

CONCORDÂNCIA

Em contrapartida, Caiado manifestou concordância com dois pontos da PEC. Primeiro, quanto à criação do Fundo Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP), com garantia de que não haverá contingenciamento de recursos. Segundo, com a criação de uma polícia ostensiva na esfera

federal. "Concordo em expandir a ela toda a capacidade de agir, que tenha repercussão interestadual, internacional, e que a repressão seja feita em cima das organizações criminosas, das milícias".

O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, reforçou a necessidade do debate. "Uma lei que é confeccionada por quem não vive no dia a dia, acaba nacionalizada de uma forma que você não consegue resolver problemas práticos, pontuais, porque ela vem de uma ideia de generalidade que não existe", sublinhou. "O financiamento, olhando para onde existem gargalos no sistema penitenciário, é muito importante", acrescentou a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra.

A pauta da reunião do Fórum Nacional dos Governadores também incluiu a discussão sobre ações nas áreas de saúde, assistência social e, ainda, a reforma tributária. Também participaram a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, entre outras autoridades. O encontro ocorreu no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB). (Com informações Se-com)

Política de resíduos sólidos inexiste em mais de 50% das cidades goianas

Pesquisa realizada pelo IBGE aponta avanços no saneamento básico, mas gestão do lixo segue como maior desafio

EMILLY VIANA

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2023, divulgada pelo IBGE nesta quinta-feira, 28, revelou avanços no saneamento básico em Goiás, mas também destacou desafios persistentes, especialmente no manejo de resíduos sólidos. De acordo com o levantamento, 62,6% dos 246 municípios goianos possuem uma Política Municipal de Saneamento Básico em vigor ou em elaboração, um aumento em relação aos 50% registrados em 2017.

Além da política de saneamento, 79,7% dos municípios declararam ter um Plano Municipal de Saneamento Básico ou estar desenvolvendo um. A média estadual ainda está abaixo da nacional, de 83,7%, mas os dados mostram um progresso contínuo. Os instrumentos ordenam e controlam a prestação dos serviços de saneamento, como abastecimento de água,

esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem pluvial.

Apesar do crescimento na adoção de políticas gerais, o manejo de resíduos sólidos apresenta lacunas. Apenas 53,7% dos municípios possuem um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou estão em processo de elaboração. Outros 33,3% ainda não iniciaram a criação dessa ferramenta, essencial para acessar recursos federais destinados ao setor.

A coleta seletiva, que promove o reaproveitamento de resíduos recicláveis, está disponível em apenas 124 dos 246 municípios goianos, enquanto a coleta convencional é realizada em todos. Em relação à destinação final do lixo, 96,3% das cidades afirmaram ter uma unidade de destinação, mas práticas inadequadas, como o uso de vazadouros a céu aberto, ainda persistem em algumas localidades.

Entre os 90 municípios que

relataram manejo inadequado dos resíduos sólidos, 84,4% firmaram termos de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público para corrigir irregularidades.

ÍNDICES

A educação ambiental, fundamental para conscientizar a população sobre a importância da gestão correta dos resíduos, ainda é incipiente em Goiás. Apenas 53,3% das prefeituras relataram possuir uma Política Municipal de Educação Ambiental ou estar em processo de criação.

Já a logística reversa, que viabiliza a coleta e reaproveitamento de resíduos como embalagens e eletrônicos, foi mencionada por 26,4% dos municípios, indicando que a maioria ainda não implementou ações nesse sentido.

Outro ponto relevante da pesquisa foi a drenagem e manejo de águas pluviais. Embora

95,7% dos municípios goianos tenham dispositivos para a drenagem urbana, apenas 9,9%

possuem ou estão elaborando um Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais.

PLANETTA ENGENHARIA torna público que a empresa **CONDOMÍNIO PORTES LOBO SPE LTDA, CNPJ: 54.539.456/0001-53**, torna público que **Requereru** a Secretaria de Meio Ambiente, Habitação e serviços urbanos de Anápolis, a **Licença Ambiental de Instalação para Múltiplos Pavimentos ou unidades (Apartamentos)**, na Rua 24, Quadra C, Chácara 7, Chácara Americanas, Anápolis-GO.

"ABANDONO DE EMPREGO"

Sr. IAGO VIEIRA CARLOS,

CTPS no: 4164111 Série no: 0060-GO CPF: 703.003.161-00 Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local não sabido, convidamos o Sr. **IAGO VIEIRA CARLOS**, portador da CTPS no: 4164111, Série no: 0060-GO, a comparecer em nosso escritório Localizado no endereço Rua Tocantins, Quadra 128, Lote 08, Setor Vila Jaiára, Anápolis-GO, CEP: 75.064-500, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas desde 04/11/2024, dentro do prazo de 72 horas a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, nos termos do art. 482 da CLT.

Anápolis-GO, GILMAR PEREIRA RAMOS nome fantasia "MAISO TERM" CNPJ: 05.013.409/0001-66



Superintendente Adão Arcanjo e o presidente da APAE Anápolis Vanderley Cezário, recebem o prêmio em São Paulo

MELHORES ONGs 2024

APAE de Anápolis recebe Prêmio pela 7ª vez e consegue conquista tripla

Instituição anapolina é novamente reconhecida como uma das 100 melhores ONGs do Brasil e leva outros dois prêmios relevantes

DA REDAÇÃO

A APAE Anápolis foi destaque na 8ª edição do Prêmio Melhores ONGs, evento realizado no dia 22 de novembro em São Paulo (SP). A premiação, promovida pelo Instituto 'O Mundo que Queremos' e Instituto Doar, é referência no reconhecimento de organizações sem fins lucrativos que se destacam em gestão, governança e transparéncia no Brasil.

Este ano, a APAE Anápolis celebrou uma conquista histórica: além de ser eleita pela 7ª vez consecutiva como uma das 100 Melhores ONGs do país, recebeu os prêmios de Melhor ONG do Estado de Goiás e Melhor ONG do Brasil em Garantia e Defesa de Direitos.

O presidente da APAE Anápolis, Vanderley Cezário de Lima, destacou a importância do prêmio para a instituição e a sociedade. "Esse reconhecimento é resultado de um trabalho coletivo, pautado no respeito, transparéncia e dedicação. É uma conquista que reflete o empenho de colaboradores, diretores, conselheiros, voluntários e da comunidade anapolina, que sempre nos apoia", afirmou emocionado.

A premiação, segundo a instituição, reforça a relevância do trabalho realizado pela APAE Anápolis, que ao longo de sua história tem atuado com excelência na defesa de

direitos, inclusão e promoção da qualidade de vida para pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

PRÊMIO

Criado em 2017, o Prêmio Melhores ONGs é hoje a maior celebração do terceiro setor no Brasil. A iniciativa tem como objetivo principal valorizar organizações que implementam boas práticas de gestão e demonstram impacto significativo em suas áreas de atuação. Ao longo de suas oito edições, mais de mil ONGs foram avaliadas, e a premiação se consolidou como um selo de excelência.

Este ano, a cerimônia contou com a presença de representantes de diversas instituições de todas as regiões do país. As organizações foram analisadas por um rigoroso processo de seleção que leva em conta critérios como transparéncia na prestação de contas, sustentabilidade financeira, governança e impacto social.

Além das 100 melhores, categorias especiais destacam ONGs por estado e em áreas específicas de atuação, como educação, meio ambiente, saúde e, no caso da APAE Anápolis, garantia e defesa de direitos.

CONQUISTAS

A APAE Anápolis já é veterana no Prêmio Melhores

ONGs. Desde 2017, a instituição figura entre as 100 melhores, um feito notável que evidencia sua consistência e compromisso com a qualidade em sua atuação.

Contudo, 2024 marcou um capítulo especial em sua trajetória. Foi reconhecida como a melhor ONG de Goiás e, simultaneamente, a melhor do Brasil na categoria de garantia de direitos. "Esse é um momento de gratidão e também de reafirmação do nosso compromisso. Esses prêmios são uma motivação para continuarmos transformando vidas e promovendo inclusão com excelência", ressaltou Vanderley Cezário de Lima.

O reconhecimento conquistado pela APAE Anápolis, segundo os dirigentes da associação, fortalece a credibilidade da instituição e impulsiona sua capacidade de captar recursos e estabelecer novas parcerias. Isso é fundamental para a continuidade de projetos que beneficiam diretamente a comunidade atendida pela organização.

Em Anápolis, a APAE atua como referência no atendimento especializado, oferecendo serviços em saúde, educação e assistência social para pessoas com deficiência e suas famílias. A instituição também se destaca por suas campanhas de conscientização e defesa de políticas públicas inclusivas.

Anápolis na operação da PF que investiga crimes de influencers

Ação da Polícia Federal foi deflagrada nesta quinta-feira, 28, e investiga o comércio ilegal de produtos eletrônicos

DA REDAÇÃO

Anápolis está entre as cinco cidades nas quais foi realizada a Operação Hidden Circuit, da Polícia Federal e a Receita Federal, deflagrada nesta quinta-feira, 28, com o objetivo de combater os crimes de descaminho, organização criminosa, evasão de divisas, incitação ao crime e lavagem de capitais, nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Amazonas.

A operação é um desdobramento da Operação Mobile (deflagrada em abril deste ano), iniciada a partir da prisão em flagrante de vários transportadores de mercadorias, especialmente eletrônicos, sem os pagamentos dos devidos tributos.

Aproximadamente 300 policiais federais e 133 servidores da Receita Federal, entre auditores-fiscais e analistas-tributários, cumpriram 76 mandados judiciais de busca e apreensão e de sequestro de veículos.

As investigações revelaram a existência de uma organização criminosa que atuava na importação clandestina, no transporte, depósito e na comercialização, além de Anápolis, nas cidades de Goiânia (GO), Palmas (TO), Manaus (AM) e Confresa (MT), de produtos eletrônicos oriundos do Paraguai. Contabilizando somente as apreensões de mercadorias realizadas em fases anteriores da operação, chega-se a um montante de aproximadamente R\$ 10 milhões.

A organização criminosa, composta por diversos integrantes, possuía divisão de tarefas especializadas entre seus membros e as empresas envolvidas realizavam movimentação financeira milionária, também utilizando criptomoedas para realizar as transações ilegais e a lavagem de capitais oriundos dos crimes praticados. Os prejuízos aos cofres públicos podem chegar ao valor de R\$ 80 milhões por ano em tributos sonegados, segundo a Receita Federal.

São alvos da operação, influenciadores digitais que também atuavam como coach e que se autointitulavam "especialistas" na importação de eletrônicos, ministrando cursos e ensinando seus seguidores a fazerem importação clandestina de produtos sem o recolhimento de impostos, orientando-os, também, a como proceder para "se ocultarem" das autoridades estaduais. Esses influencers ostentavam uma vida de luxo na internet, realizando postagens de viagens e de carros importados provenientes dos lucros das atividades ilícitas.

Os investigados irão responder pelos crimes de descaminho, organização criminosa, evasão de divisas, incitação ao crime e lavagem de capitais. O nome da operação se refere ao fluxo ou circuito que a organização criminosa utilizava e que funcionava de maneira oculta das autoridades estaduais, descoberto por meio da presente investigação policial.



Além de Anápolis, foram cumpridos mandados judiciais de busca e apreensão em Goiânia, Palmas/TO, Manaus/AM e Confresa/MT

Contenção de gastos prevê economia de R\$ 327 bi até 2030

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta quinta-feira (28) os detalhes do pacote de contenção de gastos elaborado pela equipe econômica para tentar equilibrar as contas públicas

FOLHAPRESS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta quinta-feira (28) os detalhes do pacote de contenção de gastos elaborado pela equipe econômica para tentar equilibrar as contas públicas. O impacto das medidas estimado é de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026.

Num horizonte mais longo, a promessa do governo é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030.

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Paulo Pimenta (Secom) detalham as medidas em coletiva no Palácio do Planalto na manhã desta quinta. O objetivo das medidas de corte de despesas é garantir a sobrevivência do arcabouço fiscal, a nova regra fiscal aprovada em 2023.

Em sua fala de abertura, Haddad disse que as medidas de contenção de gastos não se relacionam diretamente com a reforma da renda, que será enviada agora para discussão no Congresso em 2025, para valer em 2025. A proposta busca isentar de IR (Imposto de Renda) quem ganha até R\$ 5.000 e criar um imposto mínimo para quem ganha acima de R\$ 50 mil



Num horizonte mais longo, a promessa da equipe econômica do governo é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030

por mês.

"Não queremos confundir o tema reforma tributária com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal", afirmou.

O governo estava pressionado por investidores para apresentar medidas que garantissem o equilíbrio das contas públicas. O pacote encerra um imbróglio de meses e a queda de braço entre a ala de aliados de Lula mais fiscalista e outra mais desenvolvimentista.

O pacote chega ao Congresso faltando um mês para o início do recesso parlamentar e com uma agenda carregada de votações na área econômica. As medidas de contenção de despesas serão enviadas por meio de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) e um

projeto de lei complementar. A expectativa do governo é que elas sejam aprovadas até o fim deste ano.

Salário mínimo

A proposta é limitar o ganho real do salário mínimo, que vai acompanhar as mesmas regras do arcabouço fiscal -cujo limite de despesas tem expansão real de 0,6% a 2,5% ao ano.

Pela regra atual, o salário mínimo teria ganho real de 2,9% em 2025, conforme o desempenho do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Em 2026, a alta seria acima de 3%, considerando as projeções para o crescimento neste ano. Em ambos os casos, a valorização supera o ritmo de expansão do arcabouço, o que por si só poderia criar uma pressão por

dentro da regra, levando ao achatamento de outras despesas.

A proposta mantém o ganho real do salário mínimo pelo crescimento do PIB de dois anos antes, mas limita a variação à correção do arcabouço. Segundo a Fazenda, a medida deve poupar R\$ 2,2 bilhões em 2025 e R\$ 9,7 bilhões em 2026.

Supersalários

A ideia é buscar um acordo no Congresso para aprovação do projeto de lei que regulamenta os supersalários para limitar a poucas exceções (conhecidos como penduricalhos) o pagamento fora do teto remuneratório do funcionalismo, que tem como base o salário dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), atualmen-

te em R\$ 44 mil. O projeto que tramita no Senado contém 32 exceções, o que pode tornar a proposta inócuas. Os penduricalhos se somam aos vencimentos dos servidores e acabam permitindo o pagamento dos salários em valores muitos superiores ao teto.

Isenção de Imposto de renda

Governo vai propor aumento da faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para R\$ 5.000. A medida deve ser discutida ao longo de 2025 para vigorar a partir de 2026.

Contribuintes com renda de R\$ 50 mil por mês (R\$ 600 mil por ano) terão de pagar uma alíquota mínima de Imposto de Renda.

Chikungunya matou mais que em todo 2023, alerta Fiocruz

FOLHAPRESS

O número de mortes confirmadas por chikungunya até agosto deste ano já era maior do que o número acumulado de todo o ano passado, aponta relatório da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) divulgado no último dia 14 de novembro.

A instituição afirma que o aumento das mortes "chama atenção". Até agosto de 2024, eram 159 mortes confirmadas. Até o dia 14 deste mês, já são 201. Em todo o ano passado, foram 122 mortes. Os dados se baseiam no monitoramento feito pelo Ministério da Saúde.

A chikungunya é transmitida pela fêmea do Aedes aegypti, mesmo transmissor do zika e da dengue. Diferentemente do histórico de décadas da doença mais conhecida, a chikungunya foi introduzida nas Américas em 2013 e confirmada no Brasil

em 2014.

A doença causa sintomas como dores nas articulações e nos músculos, febre, manchas avermelhadas, náuseas e pode levar à morte. Ainda não há um medicamento específico para tratá-la além de analgésicos e observação médica.

A infectologista da SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia) Melissa Falcão analisa que o número de mortes em decorrência do vírus pode ser ainda maior.

Mortes

O motivo é que a chikungunya mata por causas diretamente relacionadas à infecção cerca de duas semanas após a contaminação, mas também compromete comorbidades prévias do paciente, como problemas cardíacos.

Assim, uma morte provocada pelo vírus nem sempre

é contabilizada oficialmente —são as chamadas "mortes secundárias", explica. "Muitas vezes essas mortes que acontecem um período depois, não são relacionadas à chikungunya, mesmo tendo sido causadas por ela", diz.

Segundo ela, o Brasil ainda carece de capacitação de agentes de saúde para análise eficiente dos casos, mas também relaciona os períodos de calor e chuvosos, consequências da crise climática, como um dos fatores para o aumento. "Isso cria um ambiente muito propício para a proliferação de todos os mosquitos", pontua.

O Ministério da Saúde concorda com o diagnóstico da especialista e atribui às mudanças climáticas as infecções por chikungunya.

A pasta afirma investir nas chamadas EDLs (Estações Disseminadoras de Larvicidas),

um recipiente com água e larvicidas que atrai o mosquito e elimina os criadouros, borragão de inseticidas em locais de grande circulação e a criação de mosquitos estéreis, geneticamente modificados, para frear a reprodução.

Meteorologia

Um estudo publicado em setembro na revista PLOS Neglected Tropical Diseases (Doenças Tropicais Negligenciadas), usou dados de 645 municípios de São Paulo entre 2008 e 2018 e concluiu que fenômenos meteorológicos, como o El Niño, estão ligados ao aumento da infestação do Aedes.

O El Niño aumenta a temperatura do oceano Pacífico devido à diminuição da intensidade dos ventos. A circulação atmosférica é alterada de forma anormal pelo evento, elevando a umidade e temperatura em

várias regiões do planeta. O estudo calcula que temperaturas acima de 23 °C e volume de chuvas acima de 153 milímetros aumentam a reprodução do mosquito.

Consequentemente, o Brasil teve sua pior epidemia de dengue em 2024, com o maior número de casos da série histórica iniciada em 1986. Foram 5.086 mortes até novembro e mais de 6 milhões de casos prováveis. Já a chikungunya tem mais de 260 mil casos notificados até novembro —Minas Gerais lidera o ranking, com 164 mil infecções só neste ano, segundo monitoramento do governo federal.

"A forma mais eficaz de controlar a chikungunya e a dengue é pela eliminação dos criadouros do mosquito Aedes aegypti, contando com o engajamento da população", acrescenta o Ministério.



Café da manhã

ULISSES AESSE

ulissesaessee@gmail.com

**Efeito**

Se o maior programa de justiça social, como está sendo considerado, for aprovado e fazer efeito no Brasil, Fernando Haddad, se transforma num FHC, que criou o Plano Real e colocou o Brasil de volta ao crescimento. Do contrário...

Símbolo

Em tempo: o Plano Real fez de FHC presidente da República e o tornou um símbolo da história na política brasileira.

Buracos

Quando assumir, Sandro Mabel terá que fazer uma força-tarefa para tapar os buracos nas ruas de Gyn.

Difícil

É tanto buraco, que, mesmo com a ação da Prefeitura de Goiânia, está sendo difícil tapar todos eles.

Mentira

Os índices de inflação no Brasil são todos falsos. Até porque são medidos por órgãos oficiais. Nos supermercados e no setor de prestação de serviços dá para se ver a verdadeira inflação no Brasil.

Feijoada

A Sousa Andrade promove feijoada neste sábado. O evento, no showroom da construtora, no Setor Marista, terá música ao vivo, com clássicos do samba e do pagode. Quem quiser participar pode comparecer no espaço a partir das 11h. A entrada é franca, assim como o almoço.

Mais, mais

O tanto de influenciadores envolvidos em crimes no Brasil não assusta. Mais que assusta. E não tem polícia, nem cadeia para isso.

Corroída

A sociedade brasileira se corroeu e o Estado, como instituição, não dá conta de fazer mais nada. Nada.

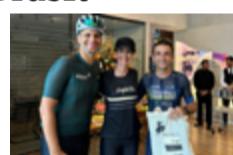
Programa implantado por Iris e Idtech sofre com crise na Saúde



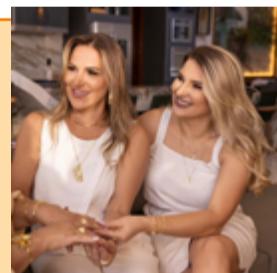
A Central de Atendimento ao Cidadão – Teleconsulta foi implantado pelo ex-prefeito Iris Rezende e inaugurado em 4 de agosto de 2006, chegando a ganhar inúmeros prêmios, inclusive a menção honrosa do Ministério de Saúde como forma de humanizar o acesso ao Sistema único de Saúde (SUS). Nesses 18 anos foram agendadas quase 8 milhões de consultas e Goiânia se tornou a primeira Capital a eliminar as filas para marcação de consultas de atenção básica de clínica geral, ginecologia e pediatria. O projeto, menina dos olhos de Iris Rezende e idealizado pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech), que até hoje gerência o mesmo, está sendo ameaçado e pode sofrer paralisação. A dívida da Secretaria Municipal de Saúde, na gestão de Durval Pedroso e Wilson Pollara, está em torno de 7 milhões.

O turismo do ciclismo no Brasil

A Safetti, marca que é referência em roupas para ciclismo, corrida e triathlon, reuniu cerca de 50 pessoas na Central de Decorados da Brasal para um café da manhã e bate-papo com o CO da ASL, Petrus Ravazzano. Ele falou sobre turismo do ciclismo no mundo e o lançamento do ASL Experience Safetti na Colômbia. Na imagem Petrus está ao lado da CO da Safetti Brasil, Renata Novais, e o atleta que venceu um desafio de ciclismo da Safetti, Lucas Ribeiro.

**Yoga e cultura no Vila Vereda**

Neste domingo, 1º de dezembro, Goiânia recebe o evento 'Renovação Criativa: Yoga, Cerâmica e Arte', no espaço Vila Vereda. A programação inclui prática de yoga, oficina de cerâmica e um bate-papo sobre arte entre 9h e 12h. A iniciativa foi idealizada e organizada por Andressa Lobo, da Ceraminhas, e Maria Giulia Gontijo, instrutora de yoga, com foco em criatividade, bem-estar e conexão interior.



- As empresárias Edineia e Juliana Tartas inauguram hoje a nova loja de atacado de semijoias para revendedores e lojistas, D'Julian Gold, em Campinas. Esta é a segunda unidade do grupo que tem forte presença online e clientes de vários países. O casal de influencers Priscila Pedrosa e Fábio Miranda é presença confirmada no lançamento.
- A Austrália está à frente do Brasil zilhões de anos. Lá acaba de ser aprovada uma lei que proíbe menores de 16 anos de terem redes sociais. E por cá?!!
- O fato é que o Natal começou a movimentar o comércio na região do bairro de Campinas. Mas os lojistas reclamam que o consumidor está gastando pouco.
- No governo Lula, as promoções de passagens aéreas parecem que diminuíram sensivelmente. Ou seja, se quiser viajar, terá que ter muito dinheiro. Só os preços das passagens estão o olho da cara...
- 'O meu corpo e o meu coração poderão fraquejar, mas Deus é a força do meu coração e a minha herança para sempre. - Salmos 73:26

VAMOS TER ÉXITO EM CUMPRIR AS METAS - SABENDO QUE, EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO, TEM UMA SÉRIE DE GATILHOS QUE SÃO DISPARADOS PARA QUE ELA VENHA A SER RESPEITADA. EU NÃO ACREDITO QUE OS GATILHOS VÃO DISPARAR NO ANO QUE VEM, PORQUE ESTOU BASTANTE SEGURO. TANTO DO PONTO DE VISTA DA DESPESA, QUANTO DA RECEITA, MINISTRO DA FAZENDA, FERNANDO HADDAD

FGM promove encontro anual de gestores para discutir rumos e fortalecer o municipalismo



Haroldo Nave: integração dos gestores municipais

REDAÇÃO

Nos dias 4 e 5 de dezembro, o Centro de Convenções de Goiânia será palco do maior Encontro Anual de Gestores, promovido pela Federação Goiana de Municípios. Este evento reúne líderes, legisladores e especialistas de diversas áreas para debater temas cruciais ao desenvolvimento municipal e ao fortalecimento do municipalismo goiano.

Participar do Encontro Anual de Gestores é uma oportunidade ímpar para os gestores públicos, ampliarem seus conhecimentos, trocarem experiências e acessarem práticas inovadoras para uma gestão pública mais eficiente.

O presidente da FGM, Haroldo Naves ressalta a impor-

tância da participação de todos os gestores públicos, vereadores, prefeitos, prefeitas e servidores municipais, "este evento é uma oportunidade única para debatermos juntos os desafios e as soluções para fortalecer a gestão pública e o desenvolvimento dos nossos municípios. Teremos palestrantes de renome, momentos de troca de experiências que contribuirão para a qualificação de todos os gestores", conclui o presidente.

Desde que assumiu a direção da FGM, Haroldo Naves tem promovido a integração dos prefeitos, vereadores e lideranças municipais, buscando a mobilização e o fortalecimento dos municípios goianos em defesa do pacto federativo e da autonomia financeira.

TCE-GO elege Helder Valin presidente para o biênio 2025/2026



Helder Valin: eleito presidente do TCE-GO

REDAÇÃO

Em sessão plenária realizada, quarta-feira (27), o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) elegeu sua mesa diretora para o biênio 2025/2026. A Presidência será ocupada pelo conselheiro Helder Valin; a Vice-Presidência pelo conselheiro Sebastião Tejota e a conselheira Carla Santillo será a corregedora-geral. Valin vai suceder o presidente Saulo Mesquita.

Ao final, os novos dirigentes foram proclamados eleitos, com o anúncio da data da posse: 10 de dezembro. Eles passarão a exercer seus mandatos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Na mesma sessão, o TCE-

-GO deu posse a novos servidores aprovados em concurso público para o cargo de Auditor de Controle Externo. O presidente Saulo Mesquita deu-lhes boas-vindas destacando que o cargo representa a atividade finalística do órgão. "Atuar como auditor do TCE é uma tarefa para pessoas corajosas porque exercemos o controle sobre todas as nuances do serviço público", disse.

De 2 a 13 de dezembro, os novos servidores vão participar de um programa de integração e ambientação para conhecerem melhor o funcionamento do Tribunal e das áreas específicas onde serão lotados.

Oposição sai enfraquecida das eleições municipais em Goiás

Baixo número de prefeitos eleitos pelo PL, PSDB, PT, PRD, PSB e Novo pode comprometer o desempenho dos adversários da base aliada às eleições de 2026

HELTON LENINE

O desempenho da oposição ao governo Caiado/Daniel poderá estar comprometido em relação às eleições de 2026 a se considerar o reduzido número de prefeitos eleitos pelo PL, PSDB, PT, PRD, PSB e Novo no pleito municipal deste ano. Os liberais conquistaram apenas 27 prefeituras, os tucanos, sete e os lulistas 27, partido de Magda Mofatto quatro, partido de Elias Vaz três e o Novo um.

Para as eleições de daqui a dois anos, a oposição planeja lançar candidatos majoritários (governador e senador) e proporcionais (deputados federais e estaduais), mas, de antemão, sabe das dificuldades que enfrentaram para o embate eleitoral com a forte base governista.

Os 246 novos prefeitos, que tomarão posse em 1º de janeiro de 2025, estão assim distribuídos: União Brasil: 94 prefeitos, MDB: 47 prefeitos, PL: 27 prefeitos, PP: 26 prefeitos, Podemos: 14 prefeitos, PDT: 11 prefeitos, PSDB: 7 prefeitos, PRD: 4 prefeitos, Solidariedade: 3 prefeitos, PSB: 3 prefeitos, PSD: 3 prefeitos, PT: 3 prefeitos, Republicanos: 2 prefeitos, Avante: 1 prefeito, Novo: 1 prefeito

A base do governo Caiado/Daniel saiu fortalecida das eleições municipais deste ano, com vitórias em dois terceiros das 246 prefeituras goianas, através de partidos como União Brasil, MDB, PSD, Republicanos, Progressistas, Avante, Podemos e PDT.

Ambições eleitorais

Mesmo com o baixo número de prefeitos, os partidos oposicionistas ensaiam o lançamento de candidaturas a governador e senador.

O PL cogita o nome do senador Wilder Morais, presidente do partido no estado. Após perder as prefeituras em Goiânia, Aparecida, Rio Verde e Catalão, os bolsonaristas comemoram



Wilder Morais (PL)



Marconi Perillo (PSDB)



Rubens Otoni (PT)



Magda Mofatto (PRD)

vitórias em Jataí, Formosa, Cristalina e Morrinhos. Para o Senado, os nomes lembrados são os de Gustavo Gayer e Major Vitor Hugo.

O PSDB, que vem sofrendo seguidas derrotas em Goiás desde 2018, quando foi “desapiado” do poder com a vitória de Ronaldo Caiado, elegeu reduzido número de prefeitos. Mais uma vez, o ex-governador Marconi Perillo é citado como opção ao Palácio das Esmeraldas. Ele perdeu duas seguidas disputas ao Senado Federal.

O PT, que desde a fundação, em 1980, não conseguiu eleger governador e senador por Goiás, poderá lançar o deputado federal Rubens Otoni ou o vereador eleito Edward Madureira para a disputa ao governo de Goiás. Nas urnas deste ano, o

partido de Lula conquistou três prefeituras, com a reeleição dos prefeitos de Cidade de Goiás, Itapuranga e Professor Jamil.

As derrotas de Adriana Accorsi, em Goiânia, e Antônio Gomide, em Anápolis, abalaram o PT lulista, já que a direção nacional do partido dava como certas essas vitórias eleitorais.

O PRD da deputada federal Magda Mofatto e do marqueteiro Jorcelino Braga e o novo integram o bloco oposicionista, mas ambos têm pouca influência no processo eleitoral do estado. Mofatto é lembrada para a disputa ao Senado Federal, ela que já foi prefeita de Caldas Novas.

Em 2022, a oposição lançou o ex-prefeito Gustavo Mendanha pelo Patriota, Major Vitor

Hugo, pelo PL, Wolmir Amado, pelo PT, à sucessão estadual, mas o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) venceu a disputa já no primeiro turno.

Para a única vaga disponível para o Senado, a vitória foi oposicionista; Wilder de Morais, do PL.

É bom lembrar que esquerda e direita não se misturam e Goiás: o PT lulista terá chapa própria para governador e senador, o mesmo acontecendo com o PL bolsonarista.

Movimentação

A partir de janeiro de 2025, os partidos irão se movimentar com o objetivo de preparar as pré-candidaturas a governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

Com a desincompatibili-

zação do governador Ronaldo Caiado em abril de 2026, o vice Daniel Vilela (MDB) vai assumir o Palácio das Esmeraldas e se preparar para a disputa à reeleição. Ele vai contar com o apoio de mais de 200 prefeitos e de 15 partidos, além de candidatos competitivos para o Congresso Nacional e Assembleia Legislativa.

O governador Ronaldo Caiado, que pretende disputar mandato à Presidência da República, terá forte influência no processo eleitoral, já que a sua gestão desfruta de alta popularidade entre os goianos. Caiado já delega tarefas administrativas ao vice-governador Daniel Vilela, de olho no processo eleitoral de 2026.

Daniel liderará chapa de 2026 com autonomia e respaldo de Caiado

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), afirmou em entrevista ao Jornal Opção que a construção da chapa governista para as eleições de 2026 será liderada pelo vice-governador Daniel Vilela (MDB), que assumirá o governo estadual no próximo ano, e que ele terá “total autonomia” para fazê-lo. Caiado enfatizou que sua postura será de respeito e confiança no sucessor.

“Eu sou uma pessoa que vai respeitar aquele que vai assu-

mir o governo e que vai construir a chapa. A chapa não é construída pelo Ronaldo Caiado. A chapa de 2026 será construída pelo Daniel Vilela para ele ter a mesma liberdade que eu tive”, declarou o governador.

Daniel vem recebendo de Caiado cada vez mais responsabilidades como parte de sua preparação para assumir o governo. Como por exemplo, o vice-governador é quem está à frente de grandes projetos como a reforma do Estádio Ser-

ra Dourada, bem como articulações políticas no interior do estado.

Cumpriu a palavra

Caiado relembrou a escolha de Daniel como vice em 2022, destacando a descrença inicial em sua decisão. “Quando eu escolhi o Daniel Vilela para vice, ninguém acreditava, foi com um ano de antecedência. E todo mundo bafeava, dizendo que eu não chegaria ao final do ano com o Daniel Vilela candi-

dato a vice, e que ele não seria o vice. E está aí, ele foi o vice e vai assumir o governo.”

O governador deixou claro que não pretende interferir no processo político de 2026, reafirmando a autonomia do futuro governador na condução das alianças e estratégias eleitorais.

“Eu não posso entregar para o Daniel: ‘A chapa é A, B, C, D’. Não tem sentido. Quem vai articular o processo político de 2026 é ele”, ressaltou.

Caiado deixou claro que seu

papel na sucessão será apenas de apoio e respeito. “Não faz sentido eu impor nomes ou diretrizes. A liderança da construção política será dele, e confio plenamente na capacidade do Daniel para tomar as melhores decisões”, concluiu o governador.

Nos últimos meses, Daniel tem recebido missões de grande impacto, como a coordenação da reforma do Estádio Serra Dourada e articulações com lideranças do interior do Estado.

Caiado destaca aplicação da Inteligência Artificial durante Campus Party

Evento que deve superar os 155 mil participantes registrados em 2023 impulsiona a discussão em torno das possibilidades de aplicação da Inteligência Artificial. Encontro segue até domingo no Passeio das Águas

REDAÇÃO

Durante a abertura da Campus Party, em Goiânia, o governador Ronaldo Caiado reafirmou que Goiás está na vanguarda da pesquisa da Inteligência Artificial (IA).

Realizada até domingo, 1º, a Campus Party oferece atividades que promovem inovação e tecnologia. A primeira Olimpíada de IA Aplicada e o Campeonato de Futebol de Drones estão programados no evento cujo tema é "Construindo uma geração tecnológica e de IA em Goiás".

Caiado destacou a importância de consolidar a aplicação de IA em áreas essenciais como saúde, segurança pública e educação.

O gestor disse que ao garantir que os jovens goianos tenham condições de competir globalmente com IA o estado

terá dado importante passo para o futuro.

A estreia da Campus Party contou com a apresentação da curiosa 10ª Sinfonia de Beethoven, finalizada por IA. A Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás fez a apresentação. O que pode parecer uma heresia musical foi na verdade um experimento e tanto nos tempos em que a humanoide Sophia também falou no evento. Afinal, os tempos estão mudando.

Na educação, o estado planeja integrar projetos de IA na rede pública a partir de 2024, com oficinas de robótica e impressoras 3D já em andamento. O secretário de Ciência e Tecnologia, José Frederico Lyra Netto, ressaltou os avanços de Goiás como polo de inovação, com programas como Sukatech e Cidadão Tech 60+ sendo premiados nacional e internacionalmente.

Startups

A Campus Party deste ano reúne especialistas, startups e entusiastas de tecnologia de todo o Brasil, com destaque para a programação gratuita e iniciativas como o painel Ethos.IA, realizado pela Secretaria-Geral de Governo (SGG), que explora conexões entre IA e energias limpas.



Ronaldo Caiado e Adriano da Rocha Lima na abertura da Campus Party: governador diz que "saberá adequar o estado" para acompanhar a revolução tecnológica

Com transporte público gratuito disponibilizado pelo Governo de Goiás, a Campus Party atrai um público ainda mais diversificado - desde especialistas e nerds, aos geeks e neófitos.

AI

"É uma área tão nova, que tem um espaço tão grande. Temos que trabalhar para que se consolide cada vez mais no estado de Goiás", disse Caiado

sobre uso da IA.

Ele disse ainda que "saberá adequar o estado" para acompanhar a evolução tecnológica: "Não se pode deixar faltar aos jovens, dos mais distantes municípios, a oportunidade de poder competir com os melhores do mundo", frisou. "A Campus Party tem essa parceria conhecida, trazendo pessoas que são referência do mundo digital".

Um dos principais entusiastas da aplicação de novas

tecnologias no Estado, o secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, explicou que a Campus Party serve para aprender - começar ou consolidar conhecimentos na área: "O evento cria essa comunidade, onde as pessoas têm esse propósito de compartilhar conhecimento. Tudo que é novidade tecnológica é trazido para cá. É oportunidade para essa interação prática".

Fórum Nacional de Governadores propõe mudanças na PEC da segurança

Ronaldo Caiado sugere alterações na PEC da segurança pública em pelo menos quatro pontos da proposta do governo Lula. Gestor leva a discussão para o Fórum Nacional dos Governadores

REDAÇÃO

Durante a 15ª reunião do Fórum Nacional de Governadores, realizada em Brasília na quinta-feira, 28, o governador Ronaldo Caiado sugeriu que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo governo federal para a segurança pública seja alterada em pelo menos quatro aspectos. O

motivo: garantia de autonomia aos Estados para desenvolver políticas públicas na área.

"Eu não tenho a pretensão de falar em nome dos governadores, mas se tratamos especificamente da Constituição brasileira, eu acho que nós, das unidades federadas, precisamos de ter um resgate de um pouco da nossa condição. Temos de ter o direito, já que vemos as dificuldades, de também enfrentá-las sem esperar que o Congresso Nacional se reúna, o que não fará".

Caiado sugeriu considerações elaboradas em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para uma nova redação dos artigos 21, 22, 23, 24 e 144.

Caiado querer que a União atue, "a pedido dos governadores", para debelar desordem institucional e altos índices de criminalidade violenta. Outro ponto sugerido é que a União seja obrigada a prover aos Estados a infraestrutura prisional, seguindo parâmetros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Hoje se você constrói uma estrutura penitenciária, é verba do governo estadual. Em Goiás, nós investimos R\$ 17 bilhões na segurança pública. O que eu recebi do fundo nacional eram R\$ 900 milhões", disse o governador. Ainda em referência ao sistema penitenciário, argumentou que deve ser competência exclusiva dos Estados

legislar em matéria de regime disciplinar, movimentação de presos, e estabelecimentos penais.

Caiado apontou que os Estados também possam legislar sobre direito penal em crimes contra a pessoa, o patrimônio, o meio ambiente e a dignidade sexual. As sugestões chegaram ao ministro da Segurança Pública e Justiça, Ricardo Lewandowski, que prometeu examiná-las.

Concordância

Por sua vez, Caiado manifestou concordância com dois pontos da PEC. Primeiro, quanto à criação do Fundo Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP), com garantia de

que não haverá contingenciamento de recursos. Segundo, com a criação de uma polícia ostensiva na esfera federal. "Concordo em expandir a ela toda a capacidade de agir, que tenha repercussão interestadual, internacional, e que a repressão seja feita em cima das organizações criminosas, das milícias".

Governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro reforçou a necessidade do debate: "Uma lei que é confeccionada por quem não vive no dia a dia, acaba nacionalizada de uma forma que você não consegue resolver problemas práticos, pontuais, porque ela vem de uma ideia de generalidade que não existe".

Operação desarticula fraude no recolhimento do ICMS no agronegócio

REDAÇÃO

A Receita Estadual deflagrou, na manhã de quinta-feira, 28, a Operação Fora do Mapa. A ação foi realizada por meio de auditoria fiscal da Coordenação do Agronegócio da Secretaria da Economia, que detectou, inicialmente, 73 empresas que estariam obtendo benefícios fiscais concedidos exclusivamente a fabricantes de alimentos

para animais. No esquema, as empresas conseguiram reduzir o pagamento de ICMS e até a isenção do tributo, o que configura crime contra a ordem tributária. Estima-se que a sonegação fiscal total atrelada a esse tipo de fraude ultrapasse a cifra de R\$ 500 milhões em 2024. Levantamento aponta que as empresas faturaram R\$ 2 bilhões no período.

Para operar a fraude fiscal, os

empresários colocavam dados falsos no momento de cadastrar a empresa, informando que o estabelecimento era destinado à indústria de ração animal, mas sem praticar, efetivamente, operações de industrialização. Na realidade eles compravam cereais, diretamente dos produtores rurais, e comercializavam a mercadoria, sem qualquer processamento e sem o devido recolhimento do ICMS.

Um dos alvos da operação, empresa localizada em Goiânia apresentava características incompatíveis com seu faturamento, que chegou a R\$ 220 milhões só em 2024. O estabelecimento ocupava um espaço de apenas 200 metros quadrados e contava com uma única máquina de pequeno porte, que não estava em operação.

Superintendente de Fiscalização Regionalizada da Secre-

taria de Economia, Gabriela Vitorino destacou que a operação visa não apenas recuperar os valores devidos ao Tesouro Estadual, mas também coibir práticas ilícitas que prejudicam a concorrência justa entre empresas. "Essas fraudes impactam diretamente o equilíbrio fiscal do Estado e impactam negativamente o mercado, prejudicando as empresas que atuam dentro da legalidade", afirmou.



Fio Direto

GERCLEY BATISTA

gercley@gmail.com

Que coisa!

Mercado pede corte de gastos ao governo, mas, quando ele chega, reage com pânico desmedido e forte ação especulativa, movimento que causa estranheza na população.

Refugiado político

O ex-presidente Jair Bolsonaro já admite que deve buscar asilo político em alguma embaixada caso sua prisão seja algo incontornável. Anteriormente, ele já havia feito uma visita à embajada da Hungria após a operação Tempus Veritatis.

Autoexílio

Bolsonaro também cogita se autoexilar em algum país amigo, muito provavelmente os Estados Unidos, após a posse do presidente eleito Donald Trump.

Foi assim

Na primeira semana de abril de 2018, a cúpula nacional do PT chegou a sugerir ao presidente Lula se exilar em alguma nação amiga, para não ser preso no âmbito da Operação Lava Jato.

Estratégia

Na época, Lula optou por encarar a prisão e previa que sua detenção causaria comoção entre aliados e o fortaleceria nas eleições de 2022: ele acertou na estratégia.

Foi e voltou

Em 2022, Jair Bolsonaro, indicado por tentativa de golpe de Estado, viajou aos Estados Unidos em 30 de dezembro e ficou por lá durante três meses.

Evitar desfechos

Segundo a Polícia Federal, a viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos no final de 2022 foi parte de um planejamento para evitar possíveis punições em razão dos atos preparatórios de um golpe de estado.

A fome de Mabel

Um pouco mais de um mês antes de assumir a cadeira de prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (UB) faz peregrinações em Brasília, reuniões de transição e articula junto a parlamentares.

70 milhões

Após pedido do prefeito eleito Sandro Mabel, o senador Jorge Kajuru (PSB) destinará ao município R\$ 70 milhões de emendas parlamentares para conter a crise da saúde na Capital.

Depois da alegria, a expectativa da formação das novas gestões



Vencer uma eleição municipal é uma das sensações mais agradáveis que se pode viver. É uma batalha dura, cheia de momentos de elevada tensão, com desgastes físicos e mentais que se curam ao anúncio da vitória. Mas, após o alívio da conquista, surge o momento em que o eleito(a) deve escolher entre seus aliados, quem dividirá as responsabilidades da gestão, ou melhor dizendo, os poderes de uma gestão. Este é, provavelmente, o momento mais tenso da pós-eleição. Por mais que se tenha cargos à disposição nos escalões mais interessantes de uma administração municipal, nunca são suficientes para agradar aliados e apoiadores: é preciso tomar decisões difíceis, escolher perfis e, muitas vezes, ter que justificar a escolha de um nome em detrimento de outro. A maioria dos eleitos aguarda as duas últimas semanas de dezembro para comunicar a escolha dos primeiros nomes que vão compor a administração, influenciados por negociações partidárias, ajustes de acordos pré-eleitorais, formação da mesa diretora das câmaras municipais e indicações de padrinhos políticos. Quem vive ou viveu os bastidores da escolha de secretários e assessores sabe como a pressão é constante, com telefonemas demorados, ameaças veladas, lobbies e sentimentos de gratidão que não podem ser exercidos em sua plenitude. A semana final de dezembro é a pior. O sentimento de festa pela vitória na eleição só retorna no dia da posse, para, horas depois, ceder lugar às pressões da gestão. A política não é tão fácil quanto muita gente imagina.

Desgastes políticos atingem mais Lula que Bolsonaro, pelo menos é o que apontam resultados de pesquisas

As pesquisas mais recentes que avaliam a percepção do eleitor em relação a 2026 mostram que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) lidera a intenção de votos.

A avaliação recai sobre a resiliência dos eleitores bolsonaristas diante dos desgastes sofridos pelo ex-presidente desde o início de 2023.

Já os eleitores Lulistas são mais instáveis, são mais críticos sobre assuntos ligados à economia, gestão e comportamento do presidente Lula (PT).



Defesa de Caiado e Mabel alega falta de gravidade em acusações de abuso político



Ronaldo Caiado e Sandro Mabel: defesa sobre uso da máquina pública

REDAÇÃO

O Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu a inelegibilidade do governador, Ronaldo Caiado (UB), além da cassação da chapa de Sandro Mabel (UB), eleito Prefeito de Goiânia nas eleições deste ano. Os políticos são alvos de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) por abuso de poder político e pelo uso da máquina pública.

Segundo o MP Eleitoral, 26 vereadores e lideranças políticas foram convidados por Mabel e Caiado para participarem de jantares no Palácio das Esmeraldas, nos dias 7 e 9 de outubro. Os eventos, segundo o documento, foram divulgados nas redes dos dois políticos e "tiveram nítido caráter político eleitoral", portanto configuraram abuso de poder político.

A representação contra Mabel e Caiado, cotado para a disputa à Presidência em 2026,

foi apresentada pela coligação formada por PL e Novo em Goiânia, e pelo candidato derrotado Fred Rodrigues (PL). Na ação, eles destacam que "o governador fez uso do aparato estatal com acesso restrito" para "arregimentar apoiadores ao seu projeto político-eleitoral".

Ronaldo Caiado disse, em nota, que eventos de natureza eleitoral são realizados fora do Palácio das Esmeraldas, respeitando "rigorosamente a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Justiça Eleitoral".

Já Mabel afirmou que os eventos foram promovidos pelo governador Ronaldo Caiado como parte de sua rotina política, "sem qualquer caráter eleitoral". Também segundo o prefeito eleito, um dos eventos foi organizado para cumprimentar vereadores eleitos e reeleitos, sem qualquer finalidade de apoiar ou promover a sua candidatura. Afirma também que "não houve pedido de votos ou qualquer ação que configure benefício à chapa".

Vilmar vai vetar reajuste nos salários dos vereadores de Aparecida de Goiânia

REDAÇÃO

O prefeito de Aparecida de Goiânia, Vilmar Mariano (UB), vai vetar o aumento que os vereadores aprovaram nos salários deles, que soma R\$ 9 mil a mais para cada, passando de R\$ 18,7 mil para R\$ 27,6 mil a partir de 2025.

O reajuste na Câmara chamou a atenção não apenas pelo valor, mas também porque a votação do Projeto de Lei 063/2024, que prevê o aumento dos salários, realizada na terça-feira da última semana (19), durou cerca de 30 segundos. Houve até mesmo dois vereadores - Gleison Flávio (PL) e Sandro Oliveira (MDB) - que pediram para mudar o voto porque não tinham entendido em qual projeto estavam votando no processo "relâmpago" de

apreciação.

Dos 25 vereadores, 19 estiveram presentes e votaram a favor do aumento. Ou seja, existe número para derrubar o veto de Mariano no reajuste de salários em nova apreciação dos vereadores. A derrubada geralmente exige 13 votos. Contudo, a opinião popular é de crítica à iniciativa dos vereadores.

Apesar disso, o presidente da Câmara, André Fortaleza (PL) bancou o projeto dizendo em entrevistas que as críticas são naturais nesse tipo de matéria. Conforme alega, o aumento não vai causar impacto no orçamento público, já que o valor repassado pela Prefeitura no duodécimo para ao Legislativo custear suas despesas, permanece inalterado. O reajuste foi justificado com a defasagem, sem reajustes desde 2013.

Congresso cobra liberação de emendas para votar pacote de Haddad

Recursos para parlamentares estão travados desde agosto por determinação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF)

FOLHAPRESS

Líderes da Câmara dos Deputados e do Senado avaliam que destravar o pagamento das emendas parlamentares, que estão suspensas por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), é fator importante para a aprovação do pacote de contenção de gastos do governo Lula (PT) até o fim de dezembro.

Lideranças das duas Casas afirmam reservadamente que, se os recursos não forem liberados, nenhuma pauta de interesse do Executivo será aprovada até o fim do ano. Segundo relatos colhidos pela Folha, a avaliação é de que há grande insatisfação, sobretudo no chamado baixo clero, grupo sem influência política nacional expressiva.

O imbróglio das emendas se arrasta desde agosto, quando o ministro Flávio Dino, do STF, determinou a suspensão do pagamento até que o Congresso apresentasse medidas que garantissem maior transparência.

Parlamentares de diferentes partidos políticos dizem que houve um "jogo casado" entre Executivo e Judiciário

nessa questão, acirrando a insatisfação com o governo federal.

Um líder da base governista e outro do centrão na Câmara reconhecem que isso é algo que precisa ser contornado para que as propostas da equipe econômica avancem no Congresso, diante do potencial de poder impactar essas votações.

Um cardeal do centrão, no entanto, minimiza a situação e diz que os parlamentares reconhecem ser importante para as contas públicas brasileiras a aprovação do pacote. Dessa forma, diz ele, uma coisa não estaria atrelada a outra.

Tanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) quanto o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmaram nesta quinta-feira (28) que a suspensão das emendas não interfere na aprovação do pacote fiscal, e que há boa vontade do Congresso para aprovar até o fim do ano.

Apesar disso, líderes parlamentares afirmam reservadamente que há a expectativa de que o dinheiro seja desbloqueado por Dino nos próximos dias, diante da aprovação da lei que busca dar mais transparência ao tema.

Queixas de Lira

Na quarta (27), os presidentes do Senado e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), informaram ao STF o teor da nova lei e pediram a liberação da verba,



Rodrigo Pacheco (PSD/MG): diálogo

cujo pagamento está suspenso desde agosto. "Esse é um tema [emendas] que está sendo tratado numa esfera, espero que isso seja solucionado e, qualquer que seja o encaminhamento, não acredito que haverá interferência na pauta principal do Congresso porque essa pauta é de interesse do Brasil e não de interesse menor", disse Pacheco.

De acordo com relatos, Lira se queixou a interlocutores do timing do Executivo para anúncio da desoneração do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000, já que o tema só será analisado no Congresso no próximo ano.

O presidente da Câmara

afirmou que a medida gerou ruídos com o mercado, e contribuiu para a alta do dólar, por exemplo. Apesar disso, aliados de Lira dizem que há disposição dos líderes e do próprio presidente da Câmara para aprovar as medidas até o fim do ano.

O presidente da Câmara pediu empenho dos deputados e indicou que poderá convocar sessões de segunda à sexta-feira (tradicionalmente, a Casa realiza votações de terças às quintas).

No Senado, Pacheco sugeriu que os líderes acompanhem as discussões feitas pela Câmara para que as medidas sejam votadas na última semana an-

tes do recesso parlamentar —o que poderia ocorrer nos dias 18 ou 19 de dezembro, segundo ele.

Um líder de esquerda reconhece que uma medida que pode enfrentar resistências no plenário é o que trata da apontadoria dos militares. De acordo com ele, Lira considera esse um "ponto sensível" que merecerá maior discussão com os deputados.

O rito de tramitação de uma PEC prevê que ela seja analisada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e numa comissão especial (que pode ter de 10 a 40 sessões), antes de ir para o plenário da Casa.

Bolsonaro admite pedir refúgio em embaixada para evitar prisão

FOLHAPRESS

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) admitiu em entrevista ao UOL a possibilidade de pedir refúgio em alguma embaixada no Brasil, caso tenha a prisão decretada após eventual condenação pela trama golpista de 2022. "Embaixada, pelo que vejo na história do mundo, quem se vê perseguido, pode ir para lá", disse. "Se eu devesse alguma coisa, estaria nos Estados Unidos, não teria voltado."

Na mesma entrevista, ele diz ter conversado sobre "artigos da Constituição" com os comandantes das Forças Armadas para "voltar a discutir o processo eleitoral" após a eleição de 2022, da qual saiu derrotado por Lula (PT), mas diz que a ideia logo foi "abandonada".

Bolsonaro também nega ter tomado conhecimento do plano que, segundo a Polícia Federal, foi arquitetado para prender ou matar Lula, seu vice, Geraldo Alckmin, e Alexandre de Moraes, ministro do STF e então presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O ex-presidente liderou a trama golpista no final de 2022, e

a ruptura democrática não foi concretizada por "circunstâncias alheias à sua vontade", disse a PF no relatório final da investigação sobre a tentativa de golpe de Estado.

Inelegível

Declarado inelegível pelo TSE até 2030 por ataques e mentiras sobre o sistema eleitoral, Bolsonaro teve seu papel detalhado pela PF nas conclusões do inquérito entregues ao STF e torcadas públicas por Moraes.

Segundo a PF, "os elementos de prova obtidos ao longo da investigação demonstram de forma inequívoca" que Bolsonaro "planejou, atuou e teve o domínio de forma direta e efetiva dos atos executórios realizados pela organização criminosa que objetivava a concretização de um golpe de Estado e da abolição do Estado democrático de Direito".

Segundo a corporação, os 37 indiciados cometem três crimes: tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado e organização criminosa, cujas penas somam de 12 a 28 anos de prisão, desconsiderando os agravantes.

O lado golpista de Bolsonaro é conhecido de longa data. Saudoso da ditadura militar (1964-1985), ele reiterou ao longo de anos sua tendência autoritária e seu desapreço pelo regime democrático. Negou a existência de ditadura no Brasil e se disse favorável a "um regime de exceção", afirmando que "através do voto você não vai mudar nada nesse país".

Na Presidência, deu a entender em 2021 que não poderia fazer tudo o que gostaria por causa dos pilares democráticos. "Alguns acham que eu posso fazer tudo. Se tudo tivesse que depender de mim, não seria este o regime que nós estaríamos vivendo. E apesar de tudo eu represento a democracia no Brasil."

Durante seu mandato e após a derrota para Lula em acirrada disputa de segundo turno, o hoje inelegível Bolsonaro acumulou declarações golpistas. Questionou a legitimidade das urnas, ameaçou não entregar a Presidência ao petista após a derrota eleitoral, atacou instituições como o STF e o TSE e estimulou a população a participar de atos golpistas.



Jair Bolsonaro: acusado pela PF de arquitetar golpe militar no país

ENTREVISTA

'Temos ancestralidade forte'

Alcione fala de racismo. Ela conta como preconceito a atingiu em momentos da vida. Esperançosa, afirma que saída para ter cidadãos mais conscientes é uma só: educação. Artista faz show hoje em Goiânia

LEONARDO VOLPATO

Se tem uma coisa que vira a cabeça e tira Alcione do sério é o racismo. No início de sua trajetória na música, quando acompanhava Emílio Santiago (1946-2013) em um show, o "negão de tirar o chapéu" acabou impedido de entrar na boate por ser preto.

Na ocasião, ela não se calou: jogou uma lata de lixo na direção da dona do estabelecimento. "Aprendi desde cedo com meus pais que não deveria baixar a cabeça para ninguém e que não tinha marcas de chicote nas costas", diz a cantora, que começou na carreira ainda criança, ao apresentar-se na Orquestra Jazz Guarani, regida por seu pai, João Carlos. Ela tinha 12 anos e ainda morava no Maranhão.

No último dia 21, a Marrom celebrou seus 77 anos. Se nunca se deixou calar, não seria agora que o faria. Ela diz que faz questão de usar sua voz ativamente contra qualquer tipo de discriminação. "Se bem que as pessoas não têm muita coragem de tentar me atingir com seus preconceitos. Até porque não sou nenhuma 'anja'."

Ao lado de Jorge Aragão e Fundo de Quintal, Alcione participa hoje, a partir das 19h, de grande encontro do samba na Arena Multiplace. Na entrevista que se segue, cantora fala de racismo, descarta entrar para política e explica importância de estimular cidadania.

Como lida com a questão da negritude em sua vida?

Aprendi desde cedo com meus pais que não deveria baixar a cabeça para ninguém e que não tinha marcas de chicote nas costas. Temos uma ancestralidade forte, somos guerreiros e aos poucos estamos ocupando os espaços que nos são de direito. Nenhum ser humano é melhor do que o outro por conta de sua raça, cor ou credo.

Você completou 77 anos no último dia 21. Há algo a comemorar?

Coincidência mesmo. Mas eu



Artista diz que preocupa-se em alertar mulheres negras sobre violência doméstica: décadas de luta antirracista

gosto de exaltar as coisas boas que andam ocorrendo atualmente sem esquecer que ainda temos muito a conquistar. Felizmente, essas novas gerações, diferentemente do passado, quando as mudanças transcorriam de forma mais vagarosa, estão conseguindo avançar muito no combate aos preconceitos e em defesa dos nossos direitos. Estamos avançando; não o suficiente ainda, mas estamos caminhando.

Como contribuiu com a causa?

Acho que sempre procurei contribuir como artista e como pessoa de diversas formas. Como artista, dando meus recados no palco e falando sobre os preconceitos, o racismo. Tentando alertar as mulheres, principalmente as pretas e as mais dependentes dos seus parceiros, sobre a violência e os perigos que as rondam diariamente.

Já participou ativamente de algum movimento?

Sim, de diversos movimentos e campanhas educativas ou até mesmo em prol da sobrevivência de pessoas em condições muito precárias. Só para exemplificar: servia uma sopa para os moradores de rua em uma qua-

"Aprendi desde cedo com meus pais que não deveria baixar a cabeça para ninguém e que não tinha marcas de chicote nas costas" - Alcione, cantora

dra que a Mangueira tinha no centro do Rio. A população era praticamente toda negra

Você se considera uma referência para outras pessoas pretas?

Ter esse lugar de fala, conforme dizem por aí, traz algumas responsabilidades. Por isso, mencionei que aproveito o palco para mandar meus alertas. Aliás, qual mulher não canta para dar seus recados? Eu não perco uma chance, sou dessas (risos). Tem muita gente, sim, que me pede conselhos e, dentro do possível, eu procuro ajudar. Mas não sou nenhuma 'pitonisa ou mãe Dianha', não (risos).

A fama te poupa do racismo?

Hoje, claro, sou conhecida e as pessoas não têm muita coragem para me atingir com seus preconceitos. Até porque não sou nenhuma 'anja' e a galera sabe bem disso. Mas, no início da

carreira, quando estava voltando da boate em que trabalhava, um policial me abordou perguntando: 'Naguinha, o que está trazen-do nessa sacola?'. E eu, que carregava meu trompete, respondi que neguinha era o passado dele. Claro que não gostou, me chamou de 'muito saliente' e resolveu me colocar no camburão.

E como foi o caminho até a delegacia?

No trajeto, uma das moças que estava por lá me perguntou se eu era nova no pedaço. Mas, felizmente, quando chegamos à delegacia, fui 'salva' por um policial apelidado de Jacaré que me conhecia, pois já tinha me visto tocar em uma casa noturna. 'Ei, deixa essa menina, libera ela, é da música, eu a conheço...'.

Lembra de algum momento que tenha te tirado do sério?

Certa vez eu estava com o Emílio Santiago [1946-2013] e a dona de um bar o proibiu de entrar na boate por ser preto. Joguei uma lata de lixo para trás [na direção dela] quando vi que ela estava chegando.

De modo geral, tem esperança de um futuro menos racista?

Claro que tenho esperanças.

EDITOR DMREVITSA

MARCUS VINÍCIUS BECK

mvbeck20@gmail.com

diariodamanhaoficial

diariodamanha

dmtvgoiania

VINICIUS MOCHIZUKI/ DIVULGAÇÃO

Reitero que estamos abrindo caminhos, às vezes com muitas dificuldades, quase a fórceps, mas continuamos avançando. Nossas lutas vêm de muito tempo, transcendem séculos, mas nunca faltaram vozes contra a opressão. A cada dia, somos mais conscientes de nossa identidade e papel na sociedade

Já cogitou entrar para a política?

Nem pensar!!! Ser candidata a algum cargo público? Jamais! Meu 'trato' com Deus nessa Terra foi para cantar, não posso mudar isso.

Acha que as novas gerações terão um mundo mais justo?

A gente pode auxiliar fazendo o que está ao nosso alcance. Nós da Mangueira, por exemplo, criamos muitos projetos voltados a incentivar a garotada nos estudos. Em nossa escola mirim, a Mangueira do Amanhã, as crianças só podem desfilar se estiverem estudando, passando de ano. É uma forma de educar, formar um cidadão. Atitudes e projetos que se provam promissores, na minha humilde opinião, podem transformar vidas. (Folhapress)



Prazeres à Mesa

EDNA GOMES

ednagomes245@gmail.com

Como fazer a harmonização perfeita com vinho tinto



Massa: molho encorpado vai bem com Chianti ou Nero d'Avola

Sentar-se à mesa com um bom vinho tinto é mais do que uma refeição, é um convite a momentos de prazer e conexão. O vinho, com sua complexidade de aromas e sabores, tem o poder de transformar um simples prato em uma experiência memorável. Harmonizar vinhos tintos com a comida certa é uma arte que une tradição, intuição e um toque de ousadia. Nesta edição, convido você a explorar combinações que encantam o paladar e fazem da mesa um verdadeiro espetáculo. Afinal, harmonizar é mais do que combinar — é celebrar. O universo dos vinhos tintos é repleto de nuances, aromas e texturas que convidam a uma viagem sensorial quando combinados com os pratos certos. Na coluna desta semana, trago algumas dicas para que você possa explorar harmonizações que valorizam o vinho e a gastronomia, transformando cada refeição em uma experiência única.

Carnes vermelhas: a tradição que sempre funciona. Clássico e infalível, os tintos robustos, como Cabernet Sauvignon e Malbec, são a escolha perfeita para cortes como filé mignon, costela ou churrasco. A estrutura dos vinhos realça os sabores da carne e equilibra sua suculência. Experimente um Malbec argentino com um bife ancho ou um Bordeaux com entrecôôte.

Massas com molhos en-

corados. Para massas com molhos à base de tomate ou carne, como um tradicional ragu à bolonhesa, opte por um Chianti ou um Nero d'Avola. Se a receita incluir cogumelos ou trufas, um Pinot Noir é a pedida, com sua elegância e leveza.

Queijos curados. Os queijos curados, como Parmigiano-Reggiano ou Gouda envelhecido, encontram equilíbrio em vinhos tintos encorpados, como um Syrah ou um Tempranillo. A intensidade do vinho complementa os sabores marcantes e salgados do queijo.

Aves e caças. Embora muitos associam aves aos vinhos brancos, algumas opções são sublimes com tintos. Um frango assado com ervas harmoniza bem com um Merlot, enquanto carnes de caça, como pato ou codorna, se destacam ao lado de um elegante Barolo ou um Rioja Reserva.

Risoto. Com sua textura cremosa e versatilidade, é um dos pratos mais encantadores da gastronomia. Sua neutralidade permite infinitas combinações de sabores, e harmonizá-lo com vinhos tintos pode transformar a experiência em algo sublime. Aqui estão algumas sugestões para diferentes tipos de risotos:

Risoto de funghi. Com seus sabores terrosos e profundos, o risoto de funghi pede um tinto elegante e com boa acidez. Opte por

um Pinot Noir ou um Chianti, que equilibram a cremosidade do prato sem ofuscar os aromas dos cogumelos.

Risoto de carne. Se o risoto for preparado com carne de panela, linguiça ou cortes como ossobuco, escolha um vinho robusto, como Malbec, Syrah e Cabernet Sauvignon. Esses vinhos encorpados complementam a intensidade da carne e a riqueza do prato.

Chocolate e sobremesas. Para os amantes do chocolate, os vinhos tintos doces, como um Porto ou um Banyuls, são indispensáveis. A doçura do vinho cria uma sinfonia de sabores quando combinada com sobremesas à base de cacau.

Dicas extras. Equilíbrio é a chave: um vinho nunca deve dominar o prato, e vice-versa. Explore sua criatividade: vinhos tintos mais leves, como Gamay ou Pinot Noir, também funcionam bem com pratos vegetarianos, como ratatouille ou berinjela assada. Harmonizar vinho e comida é uma arte que começa com a escolha e termina no prazer de compartilhar.

Ao selecionar o vinho ideal, você não só valoriza a refeição, mas também transforma o momento em celebração. Que sua mesa seja repleta de tintos inesquecíveis e sabores memoráveis!

GASTRONOMIA

Feijoada do Elpidio agita pub no Marista

Evento surgiu nos anos 2000 como confraternização entre amigos. Hoje, é prestigiado pelo público

ACERVO PESSOAL



Elpidio Fiorda fala da expectativa para a segunda edição

SACHA SOUZA

A Feijoada do Elpidio chega à sua segunda edição neste ano no próximo dia 30, sábado, no Canevas Pub, conhecido como "Castelo do Rock", localizado na Avenida Ricardo Paranhos. O evento é uma tradição na cidade e reúne boa comida, música e público fiel.

Risoto de carne. Se o risoto for preparado com carne de panela, linguiça ou cortes como ossobuco, escolha um vinho robusto, como Malbec, Syrah e Cabernet Sauvignon. Esses vinhos encorpados complementam a intensidade da carne e a riqueza do prato.

Chocolate e sobremesas. Para os amantes do chocolate, os vinhos tintos doces, como um Porto ou um Banyuls, são indispensáveis. A doçura do vinho cria uma sinfonia de sabores quando combinada com sobremesas à base de cacau.

Dicas extras. Equilíbrio é a chave: um vinho nunca deve dominar o prato, e vice-versa. Explore sua criatividade: vinhos tintos mais leves, como Gamay ou Pinot Noir, também funcionam bem com pratos vegetarianos, como ratatouille ou berinjela assada. Harmonizar vinho e comida é uma arte que começa com a escolha e termina no prazer de compartilhar.

Ao selecionar o vinho ideal, você não só valoriza a refeição, mas também transforma o momento em celebração. Que sua mesa seja repleta de tintos inesquecíveis e sabores memoráveis!

A primeira Feijoada do Elpidio, realizada em 2003 no restaurante "Ciao Bella", contou com 250 convidados. Desde então, o evento passou a ser realizado duas vezes ao ano e atrai um público crescente.

"Tenho 25 casais que participam do evento todos os anos. Antigamente, não havia feijoada em Goiânia, e foi o meu evento que abriu caminho para esse prato se tornar popular na cidade", conta Elpidio, destacando o sucesso do evento na capital goiana.

Destaque

Elpidio Fiorda, que chegou a Goiânia há 46 anos, iniciou sua carreira no ramo de eventos, coordenando projetos para o Sebrae e trabalhando como fotógrafo profissional. Ao longo dos anos, ele se dedicou à organização de eventos e à gastronomia, criando o "Bar do Elpidio" e o pesque-pague, pontos que se tornaram queridinhos do público.

A Feijoada do Elpidio começou a ganhar destaque e o evento passou a ser um dos maiores da cidade. "Eu e minha filha Florense ficamos à frente da organização e contamos com uma equipe muito dedicada. Nosso evento já se consolidou como uma grande festa em Goiânia."

Para a edição de novembro de 2024, as expectativas são altas, e Elpidio destaca que já venderam mais da metade dos ingressos. "Cada edição é única. Este ano, fizemos uma camisa com uma cor nova, diferente das edições anteriores, para marcar essa edição em especial", afirmou, ressaltando a importância dos detalhes e da experiência para o público.

A festa contará com o famoso sistema de entradas antecipadas, e os ingressos podem ser adquiridos através do Instagram oficial do evento, @feijoadaelpidio. "Estamos ansiosos para mais uma edição. Nossa objetivo é garantir que todos tenham uma boa experiência, com música de qualidade, boa comida e, claro, muita diversão", conclui Elpidio.

ESTÉTICA

SBCP-GO alerta para os riscos de lipoaspirações inadequadas

Caso de repercussão nacional motivou Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica em Goiás a reforçar orientações

EMILLY VIANA

Após mais uma morte registrada durante uma lipoaspiração realizada em condições inadequadas, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - Regional Goiás (SBCP-GO) emitiu uma nota oficial alertando sobre os perigos desse tipo de prática. O caso ocorreu na última terça-feira, 26, em São Paulo, onde uma mulher de 31 anos faleceu durante o procedimento.

De acordo com a SBCP-GO, a lipoaspiração é um procedimento invasivo que exige extremo cuidado. "A lipoaspiração deve ser conduzida com extremo cuidado em ambiente hospitalar, equipado com infraestrutura adequada e recursos de suporte à vida, para minimizar os riscos de complicações graves, incluindo hemorragias, infecções e problemas anestésicos", ressalta a nota.

A entidade destacou que modalidades como mini lipo, hidrolipo e MELA não possuem comprovação científica sobre sua segurança, representando um risco à vida dos pacientes. A realização desses procedimentos em consultó-



A entidade que representa o setor de cirurgia plástica no Brasil ressalta a necessidade de segurança e ética nos procedimentos ríos ou clínicas sem a infraestrutura necessária vai contra as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

"Conforme as normas do Conselho Federal de Medicina, a realização de lipoaspiração em ambientes inadequados é uma prática contrária às orientações vigentes, podendo colocar em risco a vida dos pacientes e comprometer a qualidade dos resultados obtidos", enfatizou a SBCP-GO.

Além disso, a entidade alertou sobre o aumento de denúncias relacionadas à prática

de lipoaspirações realizadas por profissionais sem a formação necessária e que, muitas vezes, atuam de forma itinerante, dificultando a fiscalização e aumentando os riscos. Por fim, a SBCP-GO reforçou a importância de os pacientes escolherem profissionais qualificados, registrados na Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, e realizarem os procedimentos em locais que sigam protocolos rigorosos de segurança e higiene.

"Recomendamos que os pacientes busquem sempre profissionais qualificados,



Paloma Alves, de 31 anos, faleceu durante um procedimento conhecido como hidrolipo em uma clínica de São Paulo

devidamente registrados na SBCP, e realizem seus procedimentos em locais que sigam rigorosamente os protocolos de segurança e higiene", orienta. "Temos observado um aumento de denúncias relacionadas à realização de lipoaspiração em ambientes inadequados, por profissionais sem a competência na formação para realizar lipoaspiração e que, em geral, trabalham de forma itinerante", conclui a nota.

O CASO

Paloma Alves, de 31 anos,

faleceu durante um procedimento conhecido como hidrolipo em uma clínica de São Paulo na última terça-feira, 26. O médico responsável pelo procedimento é Josias Caetano e enfrenta 31 acusações por negligência.

Paloma buscava eliminar gordura localizada e realizou o procedimento por meio de indicações nas redes sociais. Após complicações durante a cirurgia, ela foi levada ao hospital aonde chegou sem vida. A clínica está fechada e pichada com mensagens sobre o caso.

UniEvangélica disponibiliza assistência jurídica gratuita para grupos imigrantes

Iniciativa foi inaugurada pela universidade para oferecer suporte jurídico e promove integração legal de imigrantes

DA REDAÇÃO

O Centro de Atendimento Jurídico ao Estrangeiro (CAJE), inaugurado pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica) na última semana, está ampliando o alcance dos serviços de assistência jurídica comunitária em Anápolis. Coordenado pela professora e especialista em Relações Internacionais, Mariana Maranhão, o CAJE já realizou mais de 200 atendimentos desde 2022, quando a iniciativa começou de forma informal.

Em entrevista concedida nesta quinta-feira, 28, à Rádio Manchester/DM Anápolis, Mariana Maranhão explicou que a ideia de criar o centro surgiu a partir de uma demanda prática enfrentada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da universidade. "A necessidade veio, inclusive, de uma demanda interna. Nós tínhamos uma família refugiada dentro da nossa instituição e

essa família já tinha um tempo para fazer o seu processo de naturalização, só que eles não sabiam. Nos procuraram no Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito na universidade, pedindo ajuda em outubro de 2022", relatou a professora.

A assistência jurídica oferecida pelo CAJE inclui o preenchimento de formulários, obtenção do Registro Nacional do Migrante (RNM) - equivalente à identidade do estrangeiro no Brasil - e outros serviços, como a renovação de documentação para permanência no país. Atualmente, cerca de 70% dos atendimentos são direcionados a imigrantes venezuelanos, mas o centro também auxilia pessoas de outras nacionalidades, como haitianos, iraquianos, angolanos e cubanos.

Mariana Maranhão revelou que a parceria com a Polícia Federal começou após o atendimento a uma família iraquiana, encaminhada pelo

órgão. Desde então, a PF tem enviado casos à universidade, reconhecendo a qualidade e importância do trabalho desenvolvido pela equipe jurídica da UniEvangélica.

"O Registro Nacional do Migrante é muito importante, porque é a identidade dessas pessoas no país. Não é todo estrangeiro que pode ser registrado, porque tem requisitos que precisam ser cumpridos, como acordos entre os países. A maioria dos nossos atendimentos vem nesse sentido, de renovações", explicou.

Para a professora, regularizar a situação dos imigrantes é fundamental para garantir que eles possam trabalhar legalmente e exercer seus direitos no Brasil. "No momento que esse estrangeiro está aqui no país e você possibilita a ele a documentação, ele consegue trabalhar normalmente e ter todos os seus direitos, assim como um brasileiro. E nada melhor que você tentar regu-

larizar essas pessoas do que deixá-las marginalizadas", afirmou.

ATENDIMENTO

O CAJE funciona na sede da UniEvangélica, em Anápolis, localizada na Avenida Universitária. Os atendimentos ocorrem às segundas, terças e quartas-feiras, das 13h30 às 17h, e às quartas e sextas-feiras, das 8h30 às 11h. Os interessados podem obter mais informações pelo WhatsApp (62) 3310-6616.

A iniciativa busca fortalecer a integração dos estrangeiros à sociedade brasileira, promovendo o respeito às leis e facilitando o acesso a direitos básicos, como emprego e serviços públicos. O centro conta com o apoio de acadêmicos de Direito e Relações Internacionais, que, além de prestar assistência jurídica, desenvolvem pesquisas para entender melhor as necessidades da população imigrante na região.



Coordenado por Mariana Maranhão, o CAJE já realizou mais de 200 atendimentos desde 2022

CRÉDITOS DE CARBONO

Anápolis vive expectativa para a regulamentação do mercado

Especialistas ambientais projetam como Anápolis deve implantar sistema que busca redução de gases do efeito estufa

ORISVALDO PIRES

Anápolis começa a se preparar para também regularizar as normas relacionadas ao mercado de carbono no âmbito municipal. A lei que regulamenta este mercado no Brasil foi aprovada na Câmara dos Deputados no último dia 19 de novembro e agora vai à análise da Presidência da República. O texto que será enviado à sanção presidencial é um substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 182/24.

As drásticas mudanças no clima do planeta e os desastres naturais que ocorrem como consequência da degradação ambiental e do efeito estufa, exigem pressa dos governos na adoção de providências que minimizem essas condições.

O DM Anápolis busca em especialistas ambientais as informações necessárias para que a população compreenda o que é o mercado de carbono e qual a relevância que este debate tem para buscar a reversão das mudanças climáticas.

A proposta aprovada na Câmara dos Deputados estipula um mercado regulado e um mercado voluntário de títulos representativos de emissão ou remoção de gases do efeito estufa. Empresas que mais poluem deverão seguir meta de emissão, podendo usar esses títulos para compensá-la.

O objetivo de todos esses debates é promover sustentabilidade e combater as mudanças do clima. O mercado regulado de títulos será implantado de forma gradativa ao longo de seis anos. Denominado de Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), esse mercado permitirá a negociação de Cotas Brasileiras de Emissão (CBE) e de certificados de redução ou remoção verificada de emissões (CRVE).

Segundo os deputados que defendem a proposta, o mercado voluntário de crédito de carbono é uma grande oportunidade para o Brasil, pelo estoque de carbono nas florestas nacionais. Sob esta ótica, é possível projetar o potencial que Anápolis pode ter neste processo. O município conta com inúmeras regiões de áreas verdes.

Anápolis é também um grande polo industrial. O mercado de carbono regulado busca o compromisso as empresas com atividades reguladas deverão fazer um

levantamento das emissões líquidas (total de gases emitidos menos reduções ou captações) e haverá um cancelamento de ambos (um certificado de redução ou remoção permite cancelar uma cota de emissão de gases).

Segundo o projeto, cada cota ou CRVE representará uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e). Esse mercado se caracteriza pela aquisição de créditos por parte de empresas, instituições e pessoas físicas que desejam se alinhar à estratégia climática, de modo a minimizar os impactos do aquecimento global.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados prevê que terão algum tipo de controle as atividades que emitem acima de 10 mil tCO₂e por ano, mas com diferentes obrigações. Aquelas com emissões acima desse patamar e até 25 mil tCO₂e deverão submeter ao órgão gestor do SBCE um plano de monitoramento das emissões, enviar um relato anual de emissões e remoções de gases e atender a outras obrigações previstas em decreto ou ato específico desse órgão gestor.

Aqueles que operarem atividades com emissões acima de 25 mil tCO₂e por ano, além dessas obrigações terão de enviar anualmente ao órgão gestor um relato de conciliação periódica de obrigações (emissão igual à captação). Entretanto, essas obrigações somente se aplicam às atividades para as quais existam metodologias consolidadas para medir e verificar emissões, conforme definido pelo órgão gestor do SBCE.

O texto dispensa as empresas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos e efluentes líquidos [como saneamento básico] de cumprir os limites quando comprovadamente adotarem sistemas e tecnologias para neutralizar tais emissões. As atividades reguladas terão de cumprir metas de redução de suas emissões dentro de um período de compromisso.

No tópico da reserva legal, Anápolis tem outro ponto positivo: suas áreas de preservação permanente (APP). A recomposição, a manutenção e a conservação dessas áreas, de reserva legal ou de uso restrito e de unidades de conservação, poderão gerar créditos de carbono, nos termos de regulamento. (Com informações Câmara Federal e CredCarbo)



Áreas verdes estão entre fatores que habilitam uma cidade para que se beneficie com os créditos de carbono

Município faz debate sobre o tema desde lei aprovada no ano de 2009

Em 25 de novembro de 2009 foi publicada a Lei nº 3.417, que instituiu a redução e compensação de emissões de Dióxido de Carbono e outros gases poluentes da atmosfera. Esta lei também estabeleceu o incentivo à utilização de biocombustíveis que contribuam para a amenização do aquecimento global e melhorar a qualidade do ar.

Embora a lei tenha previsto, em seu artigo 3º, que o chefe do Executivo Municipal baixaria as normas regulamentadoras, no prazo de 120 dias a partir de sua publicação, tal providência até agora, 14 anos depois, ainda não foi adotada. Até porque apenas agora, em 2024, o mercado de carbono passa por regulamentação nacional.

No âmbito de Anápolis, a partir da regulamentação federal, o que deve ocorrer daqui para frente é a criação de um procedimento que faça a interpretação da lei, promova estudos e faça as devidas adaptações para o município.

O ponto de partida é a lei municipal criada em 2009. Entre outros apontamentos dessa legislação estão

a promoção de eficiência ambiental do transporte público e particular; incentivo ao transporte coletivo com uso de energias alternativas; estímulo ao uso de biocombustíveis no transporte, indústrias e em todos os setores de produção e consumo; e promoção de campanhas de divulgação dos instrumentos disponíveis para amenizar a emissão de gases que poluem a atmosfera.

Assim como em inúmeras regiões do Brasil e de outros países, a emissão de gases poluentes também é uma preocupação na área da indústria em Anápolis. Isto porque esta prática agrava e aumenta a presença de Dióxido de Carbono (CO₂) na atmosfera. Assim, o foco passa a ser estratégias de neutralização deste dióxido de carbono.

Os créditos de carbono podem ser adquiridos pelas empresas poluidoras, com intuito de zerar a taxa de emissão de carbono. Mas, para isso, é necessária a aquisição de créditos suficientes para que se possa equilibrar toda a sua taxa de emissão, com entendimento de que cada crédito

de carbono corresponde a uma tonelada de dióxido de carbono neutralizado.

PARCERIAS

A lei também previu o estabelecimento de convênios e parcerias com o setor privado, em especial com as universidades, para o desenvolvimento de projetos voltados à redução dos efeitos do aquecimento local no município. No âmbito municipal, possivelmente, a regulamentação será feita por Decreto do prefeito municipal.

Na prática o que se busca é a criação de um limite de emissões de gases do efeito estufa para as empresas. Aquelas que mais poluem deverão compensar suas emissões com a compra de títulos. Já as que não atingiram o limite ganharão cotas a serem vendidas no mercado.

Assim, aquelas empresas ambientalmente mais eficientes terão uma fonte extra de recursos com títulos. E o agente mais poluente, que ultrapassou seu limite de emissões, terá uma nova fonte de despesas com a necessidade de compra de títulos compensatórios.

CRÉDITOS DE CARBONO

Políticas públicas para mitigar efeito de mudanças climáticas

Resíduos sólidos e poluentes industriais são desafios em cidades como Anápolis no combate ao efeito estufa

ORISVALDO PIRES

O advogado especializado em Direito Ambiental e Direito Urbanístico, Thiago Freitas Vitorino, atual diretor de Meio Ambiente da Secretaria de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Anápolis, explica que a administração municipal acompanha a discussão da proposta que estipula um mercado regulado e um mercado voluntário de títulos representativos de emissão ou remoção de gases do efeito estufa.

Segundo ele, a Diretoria de Meio Ambiente analisou o texto aprovado no Congresso e que seguiu à análise da Presidência da República. Disse que vê de maneira positiva a aprovação do texto legal "pois, esta aprovação representa um marco crucial na trajetória brasileira em direção à sustentabilidade e ao combate às mudanças do clima".

Conforme o texto legal, avalia Vitorino, o mercado regulado será implantado em cinco fases. Na primeira, de 12 meses prorrogáveis por mais 12, deverão ser editados os regulamentos. Na fase seguinte, os operadores das atividades reguladas terão um ano para implantar instrumentos de medição para fazer o relato das emissões.

Na fase 3, de dois anos, esses operadores terão somente de apresentar, ao órgão gestor do sistema, um plano de monitoramento e um relato de emissões e remoções de gases de efeito estufa. Na fase 4, terá vigência o primeiro Plano Nacional de Alocação, com distribuição gratuita de cotas de emissão (CEB) e implementação do mercado de ativos (negociação em bolsa das cotas de emissão e dos certificados de remoção de gases). A última fase resultará na implantação plena do SBCE.

Segundo ele, a proposta cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Por meio desse sistema, estabelece-se limites de emissões de gases de efeito estufa. "Destra maneira, pessoas físicas ou jurídicas responsáveis por fontes ou instalações que emitam mais de 10 mil toneladas de CO₂ equivalente por ano deverão reportar suas emissões, e aquelas responsáveis por fontes e instalações que emitem mais de 25 mil toneladas de CO₂ por ano, além do relatório obrigatório, deverão realizar a conciliação periódica de obrigações", explicou.

Um instrumento central para a operacionalização do



Thiago Vitorino e Sérgio Ramos, especialistas ambientais, falam de políticas públicas e de áreas verdes em Anápolis recomendadas à preservação ambiental com vistas à geração de crédito de carbono

SBCE, entende Thiago Vitorino, é o Plano Nacional de Alocação, que deverá estabelecer, para cada período de compromisso, entre outros elementos: o limite máximo de emissões; a quantidade das CBEs a ser alocada entre os operadores; as formas de alocação das CBEs, gratuita ou onerosa; e o percentual máximo de CRVE admitidos na conciliação periódica de obrigações.

Como forma de assegurar previsibilidade aos operadores, afirma o especialista em Direito Ambiental, é previsto que o Plano Nacional de Alocação tenha abordagem gradual entre os períodos de compromisso e ser aprovado com antecedência de, pelo menos, 12 meses antes de sua vigência.

"Assim, o município de Anápolis, como forma de enfretamento às mudanças climáticas, deve estar atento às questões relacionadas ao mercado de carbono e suas emissões no município bem como implementar outras po-

líticas públicas voltadas para a mitigação das mudanças climáticas", conclui Vitorino.

INEVITÁVEL

O engenheiro agrônomo e ambiental, Sérgio Luiz de Araújo Ramos, ex-secretário municipal de Meio Ambiente, entende que é inevitável que os países enfrentem essas realidades, tanto os países ditos mais desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento como um todo. "Isso é preciso ser repensado, pela saúde do planeta, e a manutenção das condições de sobrevivência da própria humanidade", disse Sérgio Ramos.

Segundo ele, o mundo ainda é dependente de grandes quantidades de consumo de combustíveis fósseis. Além da realidade do desmatamento com vistas a ampliar sobre tudo da produção agrícola e pastoril. "Então, uma série de condições que precisam de tempo e vontade política, condições econômicas para que o planeta supere isso", explicou.

Ao criar o SBCE, afirma Ramos, o Brasil marca pontos no que diz respeito à exportação de seus produtos, porque passa a ter mais controle sobre a exigência no mercado Internacional. "Numa situação macro, isso é importantíssimo para garantir a capacidade de exportar seus produtos. Empresas vão transformar isso num crivo, só vão receber produtos daqueles que tiverem condições ecológicas viáveis, sobretudo com a questão da produção de CO₂, que é o principal gás do efeito estufa". O projeto que prevê o sistema de emissão de gases do efeito estufa no Brasil, entende Sérgio Ramos, vai ocorrer com uma certa lentidão.

MUDANÇAS

Sérgio Ramos explica que Anápolis vive uma situação de produção fabril, é um município que se destaca no cenário nacional. Segundo ele, apesar de uma área territorial pequena, Anápolis vai se comportar numa outra condição interessante e abrir espaço para uma

mudança de produção.

Neste contexto, continua o engenheiro agrônomo e ambiental, abre-se espaço para produzir créditos de carbono, para o pequeno, médio e grande possuidor de terras, para encontrar uma forma de ter lucro, de ter ganho com o patrimônio que tem, e colaborar com a conjuntura nacional, local e mundial. Entretanto, Sérgio é crítico quanto à lentidão como esse processo é feito.

Segundo ele, esse processo não traz ainda ferramentas que favoreçam efetivamente os pequenos e médios produtores, para que sejam estimulados a ingressar nesse mercado e produzir crédito de carbono. "Grandes produtores de carbono podem compensar utilizando a produção vegetal, o reflorestamento de outras áreas. Porque o reflorestamento inverte o processo. Ele capta o carbono da atmosfera e fixa nas estruturas vegetais das plantas", explica.

É preciso, entende Sérgio, que as regras sejam claras e que facilitem para o pequeno e médio produtor, para que entre nesse mercado, "sob pena de que algumas corporações maiores posam entrar, o que dá um resultado ambiental bom, é claro, mas você deixa de fora o processo social que é profundamente importante". Afirma que o ambiental, o econômico e o social precisam andar juntos, "a sustentabilidade ambiental trabalha com essas três coisas".

PIANCÓ

Sérgio Ramos explica que a Bacia do Ribeirão Piancó, em Anápolis, é até a atualidade um cinturão verde para produção de verduras. Entende como importante contribuir no processo de geração de produção de alimentos. "No entanto, muitas dessas áreas podem ser recomendadas à preservação ambiental com vistas à geração de crédito de carbono. Você vai gerar renda para aquele pequeno produtor, que vai deixar de fazer a impactação imediata e vai dar uma renda para ele através da produção de crédito de carbono", relata.

Disse ainda que isso precisa se transformar em políticas concretas, tem que ter uma escala e uma hierarquia, tem que haver regras claras do governo federal, do governo estadual. E finalmente, o governo municipal ter a inteligência de se aproveitar disso e lançar uma política clara e bem definida. É um passo pequeno de uma caminhada gigante que o Brasil precisa fazer", conclui.

27ª MOSTRA DE TEATRO DE ANÁPOLIS

Atração aéreo infantil ‘Coisas de Criança’ nesta sexta-feira

Trata-se de um musical circense, com passagens aéreas em tecido e outros aparelhos, no Teatro Municipal

DA REDAÇÃO

Nesta sexta-feira, 29, o espetáculo “Coisas de Criança” é destaque na programação da 27ª Mostra de Teatro de Anápolis. Um musical circense, com passagens aéreas em tecido e outros aparelhos, desembarca no Teatro Municipal e irá narrar a história de uma criança que descobre que vai ganhar um irmão. Passagem vivida por muitas famílias e que com uma bela trilha, será contada aos anapolinos.

Criado por Débora di Sá a partir de falas e histórias vivenciadas pelos seus filhos Heitor e Ivan, o espetáculo fala da angústia e da expectativa de ganhar um irmão, das dificuldades da criança em aceitar alguém para dividir as atenções e brinquedos que antes eram só dela. A peça traz temas como amizade, amor, respeito ao próximo e aos animais, além das perdas naturais da jornada da vida de



‘Coisa de Criança’ foi criado por Débora di Sá a partir de falas e histórias vivenciadas pelos seus filhos

forma criativa e natural.

Pelas manhãs e tarde, a Cia Volta Seca a Cia Boca de Lixo seguem com apresentações no Teatro do Instituto Federal de Goiás, no Campus Anápolis. Em uma sessão intimista,

à meia noite, no Auditório do Centro Administrativo Adhemar Santillo, “Gisberta” é a grande atração da 27ª Mostra de Teatro de Anápolis.

O grupo paraibano Cara Dupla Coletivo de Teatro traz

pessoas trans em São Paulo. Gisberta foi cruelmente assassinada na cidade de Porto, capital portuguesa, aos 45 anos de idade, tornando-se um grande ícone da luta LGTB-TQIAP+ em Portugal.

“Gisberta” é um monólogo que cruza as vivências de Salce com as da própria atriz, Letícia Rodrigues, também mulher trans, em cenas emocionantes que retratam não só as angústias e violências enfrentadas pelas pessoas trans e travestis, mas também as alegrias da vida, como os shows transformistas que Gisberta fazia.

A peça tem classificação indicativa para maiores de 18 anos. Todos os espetáculos são gratuitos, bastando comparecer na data e horário agendado. A 27ª Mostra de Teatro de Anápolis é uma realização da Prefeitura Municipal de Anápolis, em parceria com a Produtora Art Vídeo e produção do Território Cultural.

8 ANOS
DE 80 MIL PESSOAS

CIDADE QUE CRESCE PRECISA GERAR EMPREGO E RENDA

- Seguimos firme como segundo maior PIB do Estado.
- Somos hoje o município que mais rápido abre empresas no Brasil.
- O respeito ao dinheiro público garantiu o selo de bom pagador do Tesouro Nacional.
- Implantação do Novo DAIA e do Politec: novas áreas para grandes empresas.
- 50 mil vagas de emprego criadas nos últimos anos.

www.anapolis.go.gov.br

Com centenas de novas empresas e indústrias chegando, gerando milhares de empregos.
Anápolis é mesmo a terra das oportunidades.



ANÁPOLIS
Cidade que cresce, cada vez melhor.